



MIGRANTES E SAÚDE PÚBLICA: DESAFIOS E NECESSIDADES¹

Maria Luiza Zimmermann², Janaína Machado Sturza³

¹ Trabalho desenvolvido a partir dos Projetos de Pesquisa “SER MIGRANTE” NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: Saúde, Gênero e Inclusão Social dos Migrantes residentes na Região Noroeste do Estado- em atendimento ao Edital FAPERGS nº 05/2019 - Programa Pesquisador Gaúcho – PqG – Faixa A e Saúde e Trabalho: A Inclusão Social de Migrantes a partir dos marcos legais e das políticas públicas existentes no Brasil e na Itália - Edital Universal CNPq - Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021, desenvolvidos no âmbito do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Direitos Humanos – Mestrado e Doutorado – da UNIJUI (Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul).

² Bolsista CNPq/UNIJUI, do Projeto “SER MIGRANTE” NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL: Saúde, Gênero e Inclusão Social dos Migrantes residentes na Região Noroeste do Estado – Edital FAPERGS Nº 05/2019. Aluna da graduação em Direito da UNIJUI. E-mail: maluzimmerman@gmail.com.

³ Pós doutora em Direito pela Unisinos. Doutora em Direito pela Universidade de Roma Tre/Itália. Mestre em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. Especialista em Demandas Sociais e Políticas Públicas também pela UNISC. Professora na Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul – UNIJUI, lecionando na graduação em Direito e no Programa de pós-graduação em Direito – mestrado e doutorado. Integrante da Rede Iberoamericana de Direito Sanitário. Integrante do grupo de pesquisa Biopolítica e Direitos Humanos (CNPq). Pesquisadora Gaúcha FAPERGS – PqG Edital Nº 05/2019 e Pesquisadora Universal CNPq – Chamada CNPq/MCTI/FNDCT Nº 18/2021. E-mail: janasturza@hotmail.com.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca dissertar sobre os percalços encontrados pelos imigrantes no acesso ao sistema de saúde pública ao chegarem no Brasil. É relevante analisar o panorama das dificuldades experienciadas pelos imigrantes na efetivação de seu direito ao acesso à saúde, já que este é um direito assegurado a todos pela Constituição Federal brasileira, inclusive a estes migrantes que se encontram no país.

Com isto, tecem-se constatações sobre como a falta de informação dos migrantes sobre como funciona o SUS, o despreparo dos profissionais de saúde e a falta de dados concretos sobre o perfil de saúde dessa população são fatores que se somam para criar obstáculos para que muitos migrantes tenham um atendimento de saúde de qualidade, ao passo que também se aborda como a criação de um diagnóstico situacional de saúde pode ser importante na transformação desse paradigma.

METODOLOGIA

A pesquisa é desenvolvida pelo método hipotético-dedutivo e instruída por uma análise bibliográfica e documental, abordando informações sobre como tem se dado o acesso



à saúde de migrantes vivendo no Brasil e quais são os principais fatores que têm dificultado este acesso.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil tem recebido novos e crescentes fluxos migratórios, para os quais não está preparado. Uma das grandes consequências disso é que as questões de saúde dos migrantes ficaram indefinidas e não receberam grande atenção. Embora a Constituição Federal garanta a universalidade do acesso à saúde, na prática imigrantes continuam a enfrentar dificuldades para ser atendidos. Desta forma, constata-se que há uma omissão do Estado em garantir mais informação e preparo aos profissionais do sistema de saúde pública sobre os direitos dessas populações, assim como existem lacunas críticas nos dados e sistemas de informação de saúde em relação à condição dos migrantes.

Conforme o relatório MigraCidades 2020, desenvolvido pela Agência da ONU para as Migrações (OIM), em parceria com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e com o apoio da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), que analisou dados coletados de seis estados – Ceará, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul –, quanto a ações destinadas a preparar os profissionais da saúde, apenas o Rio Grande do Sul afirmou ter ofertado, em 2019, capacitação sobre o acolhimento e atenção à saúde de migrantes junto aos servidores da área, enquanto os estados do Paraná e Minas Gerais afirmaram ter realizado campanhas abordando o direito à saúde de pessoas migrantes (OIM, 2020).

Ademais, o relatório também informa que os estados do Ceará e do Paraná identificaram em seus serviços de saúde profissionais capacitados para acolher migrantes considerando a dimensão da diversidade cultural, o Paraná também indicou contar com profissionais capacitados para realizar comunicação em diferentes idiomas. No entanto, nenhum dos estados afirmou que seus profissionais da saúde são capacitados para compreender diferenças culturais atreladas a questões de gênero (OIM, 2020).

Com relação a informações e orientações para os migrantes, apenas três estados, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul, relataram possuir um setor ou referência local que dediquem-se à promoção do acesso à saúde por migrantes e que trabalhem em conjunto com



outros setores, alinhando demandas e ações entre secretarias e outros órgãos públicos (OIM, 2020).

Já em relação a coleta de dados, o relatório traz que apenas os estados de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul informaram que coletaram dados sobre o perfil de acesso a serviços e as demandas de saúde da população migrante, ao passo que apenas o Rio Grande do Sul declarou coletar dados que permitem enxergar se há uma demanda reprimida de acesso à saúde dos migrantes e utilizar esses dados para propor mudanças nos programas e políticas de acesso à saúde. Não obstante, apesar do estado do Paraná declarar não coletar dados sobre o perfil de acesso aos serviços de saúde dos migrantes, é interessante apontar que este é o único estado que conta com um setor capacitado para acolher as demandas dos migrantes, assim como registrar a ocorrência de práticas de discriminação e xenofobia nos serviços de saúde (OIM, 2020).

Assim, os resultados apresentados no relatório supracitado deixam claro que não há muitos dados sobre o panorama de saúde da população migrante, o que não significa que esta população não tem enfrentado problemas de saúde, mas sim que estes simplesmente não estão sendo registrados ou que em razão da dificuldade de acessar o sistema de saúde nem chegam no radar dos profissionais da saúde. Porém, este é um cenário que necessita mudar se quisermos observar melhoras significativas no atendimento de saúde proporcionado em nosso país.

É de suma importância que sejam coletados mais dados sobre a saúde dos imigrantes, conforme o próprio relatório coloca, o “levantamento de dados é de grande importância para que se conheça as demandas e necessidades das pessoas migrantes, e assim possam ser desenvolvidas políticas mais qualificadas” (OIM, 2020), essa coleta de dados também possibilitaria a utilização de ferramentas de planejamento de saúde como o diagnóstico situacional de saúde.

O diagnóstico situacional de saúde é um processo contínuo de coleta e análise de indicadores que permitem caracterizar o perfil de saúde de uma população. Os dados demográficos permitem-nos conhecer as características da população e a sua evolução ao longo do tempo (OIM; SES/RS, 2022)

O diagnóstico situacional de saúde funciona como “um instrumento estratégico de definição das principais necessidades em saúde da população e de articulação das intervenções, integrando os esforços de todos os setores da sociedade” (OIM; SES/RS, 2022),



auxiliando na identificação, descrição, explicação, priorização e gerenciamento dos problemas e necessidades de uma população, assim facultando o desenvolvimento de ações de saúde focadas e mais efetivas na resolução dos problemas encontrados.

No entanto, para que o diagnóstico de saúde seja aderido como uma medida efetiva para otimizar as condições de saúde e o atendimento proporcionado às populações migrantes que procuram as Unidades Básicas de Saúde, que são a porta de entrada do usuário no Sistema Único de Saúde (SUS), se faz necessário investir no treinamento e preparação dos profissionais de saúde para que saibam como melhor atender aos imigrantes levando em conta os aspectos culturais envolvidos, bem como para que façam um efetivo registro de dados ao atender estes.

As percepções dos profissionais de saúde sobre as barreiras no acesso e utilização dos serviços pelos imigrantes apontam para a existência de oportunidades de intervenção no contexto da diversidade cultural. Atendendo às diferentes percepções verificadas entre grupos, que podem ser reflexo das funções que desempenham, salienta-se a importância de desenvolver formação adaptada aos diferentes perfis profissionais. A capacitação dos profissionais de saúde para lidarem com a diversidade cultural pode ser um componente importante da formação dos recursos humanos, contribuindo para uma maior adequação dos serviços às necessidades das populações imigrantes (DIAS *et al*, 2011).

Assim, é de suma importância que a administração pública reconheça que os fluxos migratórios em direção ao Brasil não irão parar e que é preciso mudar a maneira como tem se lidado com eles, para assim garantir uma melhor organização e qualidade de vida para a população autóctone e para os imigrantes que se alocaram em território brasileiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à saúde é universal, ele não começa ou termina com um território e não deve estar atrelado à nacionalidade, entretanto essa é uma concepção ainda comum no mundo da saúde. Tendo em vista a crescente mobilidade humana, aderir uma perspectiva universal sobre o direito de acesso à saúde é mister. O próprio SUS foi fundado baseado na ideia da saúde universal, portanto está mais do que na hora de fazer valer os preceitos que fundam a base deste sistema e assimilar que os imigrantes que chegam ao Brasil têm tanto direito a receberem um atendimento de saúde de qualidade quanto aqueles que nasceram no país.

Conforme os dados que foram analisados neste trabalho, é perceptível que o sistema de saúde pública brasileiro ainda tem muito a evoluir para atender às novas demandas de

saúde que se apresentam. Com isso, ressaltamos a importância de maior qualificação dos profissionais de saúde quanto à comunicação e ao atendimento multicultural, para desta maneira contribuir com o aprimoramento do atendimento oferecido aos migrantes que procuram a saúde pública.

Reconhecemos a importância fundamental da análise de dados na criação e aprimoramento de políticas públicas, permitindo torná-las mais eficientes e embasadas em evidências. No entanto, com base nas análises realizadas neste trabalho, concluímos que há uma necessidade urgente de mais informações sobre a situação dos migrantes internacionais que vivem no Brasil. Portanto, é crucial obter dados mais abrangentes e atualizados, assim possibilitando a formulação de um diagnóstico situacional de saúde que possa embasar políticas públicas mais adequadas ao atual contexto dos imigrantes vivendo em nosso país.

Palavras-chave: Migrações. Saúde Pública. Diagnóstico Situacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DIAS, S. et al. **Barreiras no acesso e utilização dos serviços de saúde pelos imigrantes.** Acta Medica Portuguesa, v. 24, n. 4, 2011. Disponível em: file:///D:/Usuario/Downloads/amp,+511-6.pdf. Acesso em: 28 jun. 2023.

OIM. **MigraCidades 2020: Sistematização e Análise dos Dados Sobre a Dimensão de Acesso à Saúde.** Brasília, DF: Organização Internacional para as Migrações, 2022. ISBN 978-65-87187-11-2. Disponível em: file:///D:/Usuario/Downloads/migracidades%20sa%C3%BAde.pdf. Acesso em: 13 abr. 2023.

OIM; SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE (Rio Grande do Sul). **Estratégias para Atenção Integral à Saúde de Migrantes Internacionais no Brasil.** 1. ed. Brasília: OIM, 2022. ISBN 978-65-87187-17-4. Disponível em: file:///D:/Usuario/Downloads/Estrategias-para-atencao-integral-a-saude-de-migrantes-internacionais-no-brasil_0.pdf. Acesso em: 25 jun. 2023.